

A. I. Nº - 000.873.130-6/01
AUTUADO - LUIS AUGUSTO DE SOUZA DE GANDU
AUTUANTE - ANTONIO LUIZ DO CARMO
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 05/03/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0036-03/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 21/11/2001, exige multa de R\$ 600,00, em decorrência da falta de emissão de nota fiscal.

O autuado ingressa com defesa, fls. 9 A 10, e inconformado com a autuação, aduz que no momento em que a fiscalização esteve em sua empresa, não estava efetuando nenhuma venda, e que mesmo assim, foi solicitado o talonário fiscal e arbitrariamente lavrado o Auto de Infração. Pede a improcedência da autuação, e se necessário o depoimento pessoal de testemunhas e juntada de novos documentos.

O autuante presta informação fiscal, fl.17, e esclarece que o estabelecimento autuado efetuou grande fluxo de vendas sem a emissão de notas fiscais, e que no dia 21 de novembro, em visita ao contribuinte, solicitou os talões de vendas no balcão, visando a nota fiscal nº 1077, com o Termo de Visita Fiscal, tendo apurado saídas no valor de R\$ 245,00 sem notas fiscais. Observou também que a última nota fiscal emitida no talão foi no dia 01/11/2001, e concluiu que transcorreram 21 dias sem que o autuado emitisse sequer uma nota fiscal, razões porque mantém o auto de infração.

VOTO

Diante dos elementos constitutivos do PAF, entendo que o contribuinte foi identificado realizando operação sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

Assim, a nota fiscal nº 097 foi emitida, em substituição ao pedido nº 554, fl. 02. O autuante atesta no corpo da nota fiscal série D1, (fl.04), que a última nota fiscal emitida foi de 01/11/01, no valor de R\$ 245,00. Também informa o autuante que a última nota fiscal série 1, emitida foi no 15/10/2001, no valor de R\$1.880,00.

A nota fiscal deverá ser emitida antes de iniciada a saída das mercadorias (art. 220, I do RICMS/97), o que não foi observado pelo estabelecimento que inclusive ficou vários dias sem a emissão de sequer um documento fiscal.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **000.873.130-6/01**, lavrado contra **LUIS AUGUSTO DE SOUZA DE GANDU**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de R\$ 600,00, prevista nos art. 42, XIV-A, “a”, da Lei 7.014/96, com redação dada pela Lei nº 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de fevereiro de 2002.

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – PRESIDENTE/RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR